



PARECER PRÉVIO Nº70/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 535/2006.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Boca do Acre
- 4- **Exercício:** 2005
- 5- **Responsáveis:** Antonio Iran de Sousa Lima, Prefeito Municipal.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4123/2016-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Boca do Acre. Exercício de 2005.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas com ressalvas.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo Municipal a **APROVAÇÃO COM RESSALVAS** das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Boca do Acre, referente ao exercício de 2005, sob a responsabilidade de ANTÔNIO IRAN DE SOUSA LIMA. Prefeito do Município à época. nos termos do art. 219. incisos I e II. c/c art. 223, §3º, da Resolução n.º 4/2002. c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei n.º 2.423/1996, bem como o art. 31, §2º, da Constituição Federal.

- 10- **Ata:** 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 11- **Data da Sessão:** 29 de Novembro de 2016
- 12- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 12.1. **Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.
- 13- **Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº70/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Auditor-Relator

JULIO CABRAL

Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº70/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 70/2016 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 535/2006.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Boca do Acre
- 4- **Exercício:** 2005
- 5- **Responsáveis:** Antonio Iran de Sousa Lima, Prefeito Municipal
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4123/2016-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Boca do Acre. Exercício de 2005.

Regular com ressalvas. Multa. Determinações.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. A UNANIMIDADE:

9.1.1 - Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Boca do Acre, exercício financeiro de 2005, de responsabilidade do Sr. Antônio Iran de Sousa Lima, Prefeito do Município, à época, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);

9.1.2 - Determinar a instauração da cobrança executiva contra o Sr. Antônio Iran de Sousa Lima, em caso de não recolhimento do valor da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/1996 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM;

9.1.3 - Determinar ao responsável, dentro do que ainda for de sua



ACÓRDÃO Nº70/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 70/2016 – TCE – Tribunal Pleno)

ingerência, e à atual gestão da Prefeitura Municipal de Boca do Acre, alertando aos mesmos de que a reincidência poderá causar a irregularidade das próximas contas anuais do órgão, além da aplicação de multa cabível:

- a) Adotem as medidas necessárias para efetuar a cobrança dos débitos inscritos na Dívida Ativa do Município;
- b) Adotem as medidas necessárias ao cumprimento da Resolução n.º 3/2013 – TCE/AM, sobretudo no que se refere à contabilidade patrimonial da Prefeitura (art. 94 da Lei 4.320/64), observando o disposto no inciso III, do art. 13, da Lei Complementar n.º 6/1991;
- c) Observem os prazos para o envio dos dados contábeis a esta Corte previstos na Resolução n.º 7/2002 – TCE/AM, para os dados contábeis até o exercício de 2014, e na Resolução n.º 13/2015 – TCE/AM, para os dados contábeis a partir de 2015, c/c a Lei Complementar n.º 06, de 22/01/1991, com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 24/2000;
- d) Observem os prazos referentes ao envio do Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do art. 55, da Lei Complementar n.º 101/2000 c/c art. 1.º da Resolução TCE n.º 06/2000;
- e) Observem os prazos referentes ao envio do Relatório de Execução Orçamentária, nos termos do art. 52, da Lei Complementar n.º 101/2000 c/c art. 1.º da Resolução TCE n.º 06/2000;

9.1.4 - Determinar o encaminhamento de cópia do Relatório Conclusivo n.º 165/2016 (fls. 2.125/2.134) ao DEATV, de maneira que os achados no campo dos convênios de responsabilidade do Sr. Antônio Iran de Sousa Lima, celebrados no exercício de 2005, possam ser apreciados em autos independentes (nas situações em que ainda não se tenha formalizado o competente processo), adotando as providências necessárias ao cumprimento de tal objetivo, inclusive com solicitação de documentos dos responsáveis e manifestação da DICOP, se o caso assim o exigir;

9.1.5 - Determinar à próxima Comissão de Inspeção que, no ato da futura auditoria nas contas da Prefeitura Municipal de Boca do



ACÓRDÃO Nº70/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 70/2016 – TCE – Tribunal Pleno)

Acre verifique se as medidas recomendadas foram cumpridas, a fim de não ensejar a reincidência das respectivas impropriedades, o que ocasionaria a irregularidade das Contas, com aplicação de multa, nos termos do art. 188, § 1º, III, “e”, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM c/c o art. 22, III, § 1º, da Lei n.º 2.423/1996;

9.2. POR MAIORIA:

9.2.1 - Aplicar Multa ao Sr. Antônio Iran de Sousa Lima, Prefeito de Boca do Acre, exercício de 2005, **no valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos)** para cada mês de atraso no envio dos dados por meio do sistema ACP (**janeiro a agosto, outubro, novembro**), **totalizando R\$ 10.960,30 (dez mil, novecentos e sessenta reais e trinta centavos)**, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pelo artigo 2º, da Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012, multa esta que deverá ser recolhida ao cofre estadual, na representação do órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, no prazo de 30 dias, com comprovação perante o Tribunal de Contas, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 4/2002 - TCE/AM). **Vencido o Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que divergiu da aplicação desta penalidade.**

10- Ata: 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 29 de Novembro de 2016

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 6

ACÓRDÃO Nº70/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 70/ 2016 – TCE – Tribunal Pleno)

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral